



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **Centro de Licitações da Secretaria de Estado da Segurança Pública – CNPJ 76.416.932/0001-81**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: nº GMS: PE-697/2024 UASG: 453079 nº ComprasGov: 90697/2024 TIPO: Menor preço	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 30 min do dia 17/10/2024 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 30 min do dia 17/10/2024 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços continuados de **Contratação de Sociedade Seguradora, para o fim de fornecer seguro aeronáutico RETA, Casco/Guerra e LUC (limite único combinado)/ responsabilidade civil complementar para aeronave operada pelo Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná - GOA..**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 918.058,28 (novecentos e dezoito mil e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos).**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3921.06.183.30.8497 / 3966.06.183.30.8602
Elemento da despesa: 3390.39
Fonte: 500.000.000 / 501.000.147 / 703.000.148 / 759.000.113

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.compras.gov.br.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas www.pncp.gov.br/, www.comprasparana.pr.gov.br e www.compras.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Elton Santos Guimarães e equipe de apoio, designados pela Resolução/Portaria n.º 282/2023, servidores da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

- **E-mail:** sesp-licitacao@sesp.pr.gov.br

- **Telefones:** (41) 3313-1993

- **Endereço:** Rua Coronel Dulcídio, 800 – CEP 80.420-170, Curitiba/ Paraná

- **O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12 h e das 13h30 às 18 h**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico site www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo global do lote, fixado no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificados”.

2.1.2 No sistema de compras eletrônicas, os licitantes deverão lançar obrigatoriamente os valores unitários de cada item. O sistema calculará automaticamente o valor global do lote com base na soma dos valores totais de cada item.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **Menor preço**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de **12 meses**, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

5 CONSÓRCIO:

5.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

6 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Termo de vistoria/declaração de conhecimento;
- Anexo VII – Locais de Entrega;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 3 de 64
---------------------------	--------------------------------------	-------------------------

- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo X – Declaração LGPD.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001 para todas as localidades, suporte técnico realizado de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 20:00 horas.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 5 de 64
---------------------------	--------------------------------------	-------------------------

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 10,00 (dez reais).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o de **Menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006:

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do convênio) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do convênio, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.



8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6

Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 11 de 64

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 22.024.849-6

Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 12 de 64

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba – Paraná, *datado eletronicamente*

Assinado eletronicamente
Elton Santos Guimarães
Responsável pela condução da licitação
Centro de Licitações

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 13 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

TERMO DE REFERÊNCIA

E-Protocolo Digital nº: 22.024.849-6

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de sociedade seguradora, para o fim de fornecer seguro aeronáutico RETA, Casco/Guerra e LUC (limite único combinado)/responsabilidade civil complementar para aeronave operada pelo Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná (GOA/PCPR) pelo período de doze meses.

TABELA I				
Valor máximo do certame				
Lote único	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor unitário máximo (prêmio)	Valor total (prêmio)
Item 1	Prestação de serviço de seguro aeronáutico Casco/Guerra e LUC para aeronave monoturbina pelo período de 12 meses	01	R\$ 915.507,26	R\$ 915.507,26
Item 2	Prestação de serviço de seguro aeronáutico RETA para aeronave monoturbina pelo período de 12 meses	01	R\$ 2.551,02	R\$ 2.551,02
Total				R\$ 918.058,28

1.1.2 Quantitativo e descrição dos itens são os discriminados na tabela I.

1.1.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 14 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 Dados sobre a aeronave a ser segurada:

TABELA II							
Prefixo	Modelo	Ano	S/N	Valor de mercado (US\$)	Equipamentos instalados (US\$)	Importância segurada (US\$)	LUC (US\$)
PT-YUQ	Bell 407	1996	53084	1,812,500.00	930,183.89	2,742,683.89	5,000,000.00

1.2.1 A apólice deverá, minimamente, conter os seguintes requisitos:

1.2.1.1 A aeronave deve ser integralmente assegurada pela Contratada, considerando todos os equipamentos, motor e fuselagem;

1.2.1.2 A aeronave deve ser imediatamente reparada em casos de danos e/ou avarias em oficinas credenciadas pela ANAC, com peças e serviços originais, materiais genuínos e equipamentos indicados pelo fabricante;

1.2.1.3 Em caso de perda total da aeronave por danos e/ou avarias, a mesma deve ser ressarcida na íntegra, com o fornecimento de nova aeronave, igual ou superior à sinistrada;

1.2.1.4 A aeronave deve ser assegurada em caso de eventuais danos corporais e materiais a terceiros, decorrentes de operações aéreas e acidentes em ocorrências aeropoliciais e manobras operacionais no ar e em solo;

1.2.1.5 O seguro deve cobrir todas as missões institucionais do GOA/PCPR, além dos treinamentos e instruções programados, conforme as competências legais da unidade:

1.2.1.5.1 - executar a repressão aérea dos crimes de tráfico de drogas e correlatos em áreas urbanas, rurais, litorâneas e de fronteiras;

1.2.1.5.2 - executar ações e operações aéreas de polícia civil;

1.2.1.5.3 - executar missões de apoio às operações de polícia civil, que compreendem as atividades típicas de polícia repressiva e judiciária estadual;

1.2.1.5.4 - executar o reconhecimento aéreo de áreas de investigação de polícia judiciária;

1.2.1.5.5 - atuar e apoiar as ações de inteligência;

1.2.1.5.6 - atuar como plataforma de observação aérea nas ações e operações de polícia civil;

1.2.1.5.7 - transportar policiais civis a lugares de difícil acesso ou imediato emprego de grupos táticos em operações helitransportadas;

1.2.1.5.8 - apoiar no cumprimento de mandados judiciais;

1.2.1.5.9 - promover o acompanhamento de prisão e remoção de preso de alta periculosidade;

1.2.1.5.10 - apoiar órgãos Federais, Estaduais e Municipais que necessitem do emprego de aeronaves;

1.2.1.5.11 - executar outras missões de polícia civil e judiciária estadual, conforme diretrizes da Divisão Estadual de Narcóticos e/ou Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.



1.2.1.6 Previsão de garantia de casco e cobertura responsabilidade civil (LUC), conforme descrito abaixo:

- I - responsabilidade civil legal contra terceiros (exceto passageiros);
- II - responsabilidade civil legal de passageiros;
- III - transporte de explosivos e/ou inflamáveis;
- IV - ventos de velocidade igual ou superior a 60 (sessenta) nós;
- V - reintegração automática;
- VI - guerra, sequestro, confisco (exclusão de confisco no país de registro);
- VII - partes e peças sobressalentes;
- VIII - ingestão.

1.2.1.7 Previsão de seguro por perdas, danos ou responsabilidades decorrentes direta ou indiretamente de: atos de hostilidade, rebelião, insurreição, revolução, vandalismo, nacionalização, destruição ou requisição decorrentes de qualquer ato de autoridade de fato ou de direito, civil, militar e, em geral, todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências.

1.2.2 Deverão ser assegurados todos os equipamentos e acessórios da aeronave, sistemas de posicionamento global (GPS), comunicadores tipo fones de ouvido, capacetes, faróis de busca e demais aviônicos instalados na aeronave.

1.2.3 A franquia do seguro da aeronave não poderá exceder em 5% (cinco por cento) do limite máximo de indenização, devendo ser discriminada pela seguradora no contrato de seguro.

1.2.3.1 Não haverá franquia em caso de danos contra terceiros, guerra, sequestro e confisco ao casco, guerra e sequestro ao LUC (AVN 52E), despesas com busca e salvamento e despesas com primeiros socorros.

1.2.4 A Sociedade Seguradora contratada deverá atender às disposições constantes na Resolução no 422/2021, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 O item objeto do presente procedimento licitatório não se encontra relacionado no Catálogo Eletrônico de Padronização do Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelo profissional técnico competente da área demandante, o qual atesta que as especificações técnicas do objeto são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.4.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.4.2 A cobertura se iniciará em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da data da assinatura do contrato entre as partes, e terá duração de 365 dias corridos.

1.4.2.1 A contratada deverá entregar à contratante, no prazo previsto no item 1.4.2, o respectivo certificado de cobertura securitária, o qual deverá, posteriormente, ser substituído pelas apólices.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 16 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.4.2.2 Após o faturamento do prêmio de seguro, a Contratada terá um prazo de até 15 (quinze) dias para a emissão e entrega física das apólices.

1.4.3 O período de indisponibilidade das aeronaves para realização de procedimentos administrativos e vistorias não poderá ser superior a 02 (dois) dias úteis.

1.5 Do perímetro de cobertura

1.5.1 A apólice deverá cobrir todas as garantias básicas, estendidas, cláusulas específicas contratuais e todos os riscos em todo o território nacional.

1.5.2 Poderá ocasionalmente ser solicitada a inclusão de cobertura para voos, decolagens e aterragens realizados fora do território nacional, com extensão do perímetro do seguro, para a América do Sul, exceto Bolívia, Colômbia e Venezuela.

1.5.3 Neste caso a Contratada será instada a apresentar orçamento apartado com os valores necessários à extensão, cabendo a decisão final de inclusão ou não da cobertura à Contratante.

1.6 Da sede administrativa e local de operação e hangaragem da aeronave

1.6.1 O hangar do Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná, situado à Rua Cícero Jaime Bley, s/n, hangar 28, Aeroporto do Bacacheri, em Curitiba/PR, será a sede da aeronave e onde toda a documentação relativa às apólices deverá ser entregue.

1.6.2 A aeronave será hangarada na sede mencionada no item 1.6.1.

1.6.3 No cumprimento das missões descritas nas especificações técnicas deste instrumento, as aeronaves poderão pernoitar em hangares, aeródromos e locais não preparados, em todo o território nacional.

1.6.4 Na hipótese prevista no item 1.5.2, as coberturas das apólices se estenderão com todas as garantias aos voos realizados fora do território nacional, conforme a cobertura contratada.

1.7 Do seguro de responsabilidade do explorador e transportador aéreo – RETA

1.7.1 O serviço de seguro RETA compreende o seguro obrigatório de responsabilidade do explorador do transporte aéreo e deverá abranger as classes 1 (um) para passageiros, 2 (dois) para tripulantes, 3 (três) para pessoas e bens no solo, 4 (quatro) para danos por colisão e/ou abalroamento e 5 (cinco) para bagagens, tendo seus valores em conformidade com os valores estabelecidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

1.7.2 Para fins de cumprimento dos requisitos legais, deverá ser emitido certificado individual de seguro RETA para cada aeronave objeto deste certame.

1.7.3 O seguro RETA deve garantir o reembolso ao segurado em caso de acidentes envolvendo passageiros, tripulantes a bordo e/ou em operações de salvamento, incluindo as que utilizem carga externa com cesto, puçá, maca de montanha, bambi bucket e demais missões policiais, de resgate e de defesa civil, incluindo pessoas no solo, na ocorrência de morte, invalidez permanente, incapacidade temporária e assistência médica e despesas complementares.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 17 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.7.4 De igual forma, o seguro RETA deve permitir reembolso ao segurado em caso de perda, dano ou avaria da bagagem e objetos que passageiros e/ou tripulantes conservem sob sua guarda; reembolso ao segurado em relação a danos causados a bens (incluindo aeronaves) de terceiros que estejam em solo e reembolso ao segurado por danos ou colisão em outras aeronaves.

1.8 Do seguro de casco

1.8.1 A contratação de serviço de seguro do ramo aeronáutico, tipo CASCO, para a aeronave mencionada no presente Termo de Referência, deverá incluir a cobertura referente aos danos materiais ocasionados à estrutura de casco da aeronave e seus motor quando parado ou acionado, incluindo todos os seus componentes de fábrica e os equipamentos integrados na sua estrutura através de modificações homologadas, devendo cobrir todos os riscos que possam causar danos à aeronave, exceto os explicitamente excluídos na apólice (na modalidade “FFR - full flight risks” ou “all risks”), abrangendo as seguintes coberturas adicionais:

- 1.8.1.1 Responsabilidade por dano a pessoas;
- 1.8.1.2 Transporte, como carga, de explosivos e/ou inflamáveis;
- 1.8.1.3 Danos ocorridos quando a aeronave estiver em pouso, decolagem ou tentativa de realizá-los em lugares que não sejam pista preparada, ou em aeródromos sem registro/homologação ou fora do horário normal de operação de aeródromo, com ou sem balizamento noturno homologado, quando nas operações descritas neste Termo de Referência ou em caso de emergência, independente de prévia autorização da autoridade aeronáutica e desde que o piloto em comando tenha apurado previamente as condições do local de pouso e tenha examinado o local por sobrevoo ou passagem imediatamente anterior ao pouso;
- 1.8.1.4 Estando a aeronave em solo ficam incluídos, mas não somente, os danos causados por ação humana ou eventos da natureza como incêndio, raios, descargas elétricas, roubo, danos causados por animais, o vento ou granizo, quedas, desabamentos parciais ou totais do hangar ou choque com veículos não segurados ou outras aeronaves;
- 1.8.1.5 Operação com ventos de velocidade igual ou superior a 60 nós;
- 1.8.1.6 Lçamento de carga e/ou equipamentos e/ou pessoas(carga externa);
- 1.8.1.7 Ingestão de objetos estranhos nos motores ou turbinas;
- 1.8.1.8 Inclusão no caso de atos de hostilidade (haja ou não guerra declarada), incluindo disparos de arma de fogo contra a aeronave ou qualquer detonação hostil que atinja a aeronave ou seus tripulantes e passageiros;
- 1.8.1.9 Inclusão no caso de guerra, sequestro, apreensão ilegal, atos maliciosos, sabotagem e outros riscos correlatos;



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 18 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

- 1.8.1.10 Inclusão no caso de confisco, nacionalização, apreensão, sujeição, detenção, apropriação, requisição por direito ou uso ou por ordem de qualquer governo (seja civil, militar ou de fato) ou autoridade pública ou local (inclusive país de registro);
- 1.8.1.11 Reintegração automática dos valores cobertos em caso de pagamento inferior a perda total sem dedução do limite segurado;
- 1.8.1.12 Cobertura para voos de traslado até oficina de manutenção com programa de manutenção vencido ou certificado de aeronavegabilidade suspenso/cancelado, desde que previamente autorizados pela Agência Nacional de Aviação Civil;
- 1.8.1.13 Cobertura em caso de pouso forçado;
- 1.8.1.14 Cláusula provisória de pagamento de sinistros em caso de sinistro que se enquadre tanto no risco de casco como no risco de guerra;
- 1.8.1.15 Cláusula particular de voo teste de autoridade de aviação, com inclusão da autoridade aeronáutica com jurisdição sobre a aeronave segurada como segurado adicional na cobertura de responsabilidade civil, bem como os pilotos aprovados, empregados ou contratados pela autoridade aeronáutica, durante a realização do voo teste.
- 1.8.1.16 Os riscos cobertos serão, até o limite máximo de indenização fixado na apólice, acidentes/incidentes (por qualquer que seja a causa, exceto os consequentes dos riscos excluídos previstos nas condições contratuais específicas desta apólice), atos danosos praticados por terceiros e despesas com socorro e salvamento da aeronave sinistrada, quando necessárias e devidamente comprovadas.

1.9 Da exclusão por atos dolosos por parte do segurado

- 1.9.1 A Contratada não será obrigada a indenizar os atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelos prepostos da Contratante.
- 1.9.2 Incluem-se como atos de culpa grave equiparável ao dolo, como forma exemplificativa, aqueles praticados pelo tripulante sob efeito de bebida alcoólica ou substância que altere as reações psicomotoras do tripulante, salvo se forem ingeridas por motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos da IAC 2225 e RBAC 120 ou outra norma que lhes vier a substituir.
- 1.9.3 A Contratada será obrigada a indenizar e renunciar ao direito de regresso contra qualquer preposto da Contratante que tenha agido no estado de necessidade, no exercício regular de direito, em legítima defesa de si ou outrem, ou em estrito cumprimento de dever legal para cumprimento das atividades aéreas dispostas no objeto deste Termo de Referência.

1.10 Da franquia

- 1.10.1 A franquia será de 5% (cinco por cento) da “importância segurada da aeronave” prevista para o helicóptero com o rotor girando.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 19 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.10.2 Em caso de sinistro com dano parcial, o pagamento do valor referente à franquia será feito, preferencialmente, diretamente à oficina responsável pelo reparo. Em caso de pagamento da franquia feito diretamente à Contratada, o valor do saldo do contrato deverá ser recalculado para permitir o empenho e a liquidação.

1.10.3 Haverá cobrança de franquia em caso de perda total.

1.10.4 Não haverá cobrança de franquia sobre os valores indenizáveis para garantia contra danos materiais a bagagem ou a bens atingidos de terceiros e contra danos pessoais;

1.10.5 Em caso de acidente ou incidente em solo com rotor parado, a franquia será reduzida a 0,5% (meio por cento) da importância segurada da aeronave prevista para todo e qualquer sinistro, inclusive com perda total.

1.10.6 Valores de franquia da aeronave:

TABELA III					
Designativo	Matrícula	Importância segurada (US\$)	Motor parado (US\$)	Motor girando (US\$)	Perda total (US\$)
Águia 05	PT-YUQ	2,742,683.90	13,713.42	137,134.19	137,134.19

1.11 Do pagamento do prêmio

1.11.1 O valor do prêmio para a apólice será pago mediante Ordem de Pagamento em conta corrente listada no mesmo CNPJ da Contratada.

1.11.2 Caso haja mais de um beneficiário na apólice com responsabilidade de pagamentos, o mesmo arcará individualmente com sua quitação.

1.11.3 A inadimplência do prêmio por prazo superior a 60 (sessenta) dias somente implicará na suspensão da apólice após interpelação administrativa ou judicial.

1.12 Cobertura de responsabilidade civil a 2º risco da garantia RETA

1.12.1 A contratação do seguro CASCO incluirá também a Responsabilidade Civil de 2º risco ao RETA, pelo qual a Contratada se obriga ao reembolso das indenizações que a Contratante vier a ser a pagar judicialmente ou assumir por acordo extrajudicial, por danos corporais e/ou materiais aos transportados e não transportados em excesso aos limites individualmente estabelecidos pelo seguro RETA e pela legislação em vigor;

1.12.2 O custo do seguro LUC está acrescido ao custo do seguro CASCO



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 20 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

- 1.12.3 A Contratada indenizará o Contratante por todas as importâncias que este seja legalmente responsável a pagar, como danos compensatórios (incluindo custas judiciais) no que diz respeito a lesão corporal acidental (fatal ou não) e a dano acidental à propriedade causado pela aeronave ou por qualquer pessoa ou objeto envolvido na operação;
- 1.12.4 A cobertura deverá englobar tanto as despesas médicas e funerárias, como os danos pessoais;
- 1.12.5 Independente da responsabilidade civil legal, a Contratada se obriga a pagar em nome e a pedido da Contratante, somente até o limite segurado, benefícios para os herdeiros de cada passageiro e tripulante, que sofra danos corporais causados por acidente aéreo em consequência da posse, manutenção ou uso da aeronave.
- 1.12.6 Tal garantia se estende aos empregados e prepostos da Contratante, bem como aos tripulantes técnicos;
- 1.12.7 A seguradora deverá cobrir a importância de US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares norte americanos), que representa o limite máximo de indenização por acidente e sequências de acidentes, sendo o Limite Único Combinado (LUC) para as classes 1/2/3/4/5, acrescido das seguintes cláusulas especiais:
- a) Responsabilidade Civil de 2º Risco;
 - b) Inclusão de Despesas Médicas e Relativas;
 - c) Despesas Com Busca e Salvamento;
 - d) Danos Pessoais (Exclusivo para Acidentes Aeronáuticos).
- 1.12.8 Considerando o limite de valor previsto acima, caberá à Contratante a definição da sua destinação caso sobrevenha sinistro à aeronave, sendo vedado constar qualquer tipo de sublimite ao LUC na apólice.
- 1.12.9 Qualquer acordo judicial ou extrajudicial com terceiros deverá ter como parte interessada a Contratada, que dará sua anuência dentro dos limites e valores previstos na apólice, mas não terá a decisão final sobre a distribuição de valores.
- 1.12.10 A Contratante poderá propor acordos judiciais e extrajudiciais, estando a CONTRATADA isenta de quaisquer quantias superiores àquela listada acima em caso de acionamento judicial do Erário.
- 1.12.11 A contratação do seguro LUC incluirá cobertura específica para danos pessoais que independente da responsabilidade civil legal, obriga a Contratada a pagar em nome da Contratante, a pedido desta, indenizações para cada tripulante ou em benefício deste, que sofra danos corporais causados por acidente aéreo em consequência da posse, manutenção ou uso da aeronave.
- 1.12.12 Considera-se “tripulação” qualquer pessoa, como o piloto em comando, copiloto, operador aerotático, mecânico, engenheiro de voo ou comissário de bordo, que esteja a bordo da aeronave, com o propósito de auxiliar na sua operação.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 21 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.13 Da reposição e do pagamento de valores pela Contratada

1.13.1 A Contratada indenizará a Contratante seguindo um dos critérios abaixo, a livre critério e escolha da Contratante, sem ordem de precedência entre eles:

- a) pagamento em moeda corrente;
- b) serviço de reparação dos danos;
- c) substituição da aeronave por outra igual ou melhor equivalente (limitado ao valor unitário da aeronave, que inclui o valor segurado de uma aeronave de mesma performance, categoria, capacidade de passageiros e carga, força motora, ano de fabricação, bem como seus equipamentos, aviônicos e acessórios como se encontravam no momento do sinistro).

1.13.2 Para fins de entendimento de equivalência, fica estipulado como mínimo, aeronave de mesmo tipo e categoria e com disponibilidade semelhante, comprovada pelos mapas previstos nas Seções 91.417 (a) (2) (II) (III) (IV) do RBAC 91 ou 135.439 (a) (2) (ii) (iii) (iv) do RBAC 135, CVA válido e documentação estipulada pela IAC-3108.

1.13.3 A critério da Contratante e sob sua indicação, o pagamento das indenizações poderá ser feito a terceiros, quer seja em caso de serviços (como reparos) ou perda total.

1.13.4 Caso a opção feita seja pela substituição ou reparação da aeronave, na impossibilidade de tal reparação, reposição ou substituição no mercado nacional, a seguradora indenizará o respectivo valor em moeda corrente.

1.13.5 A responsabilidade pelo pagamento em reais no Brasil às oficinas reparadoras que tiverem apresentado orçamentos em dólares americanos será da Contratada, bem como o ônus da conversão da moeda estrangeira, sendo vedada a liquidação que gere transferência de risco de câmbio à Contratante, exceto por sua expressa disposição de vontade no momento da liquidação.

1.13.6 A Contratada deverá realizar os pagamentos às oficinas reparadoras de acordo com as regras de mercado e conforme as condições comerciais apresentadas pelas mesmas.

1.13.7 A Contratante não se obriga a aceitar liquidações de acordo com autorizações prévias feitas por resseguradores em reais que lhe transfiram o risco de câmbio. Caso os valores previamente aprovados em reais sejam insuficientes para quitação de reparos, a Contratada se obriga a cobrir as diferenças cambiais até o limite da importância segurada, ressalvado o desconto com franquia (se aplicável).

1.13.8 Fixada a indenização devida, a Contratada efetuará o pagamento da importância a que estiver obrigada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da autorização de início de reparos ou declaração de perda total, ressalvado o disposto no próximo item.

1.14 Do prazo para análise e liquidação de sinistros



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 22 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.14.1 Após a comunicação formal de incidente ou acidente pela Contratante, a Contratada deverá apresentar em até 5 dias úteis a lista de documentos e informações que julgar necessários para avaliação do sinistro.

1.14.2 Os procedimentos para liquidação de sinistros deverão constar das condições gerais ou particulares do contrato, com especificação dos documentos básicos previstos a serem apresentados para cada tipo de cobertura.

1.14.3 O prazo para autorização da Contratada para o início de reparos em caso de sinistros parciais e para início do processo de liquidação em caso de perda total será de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos nas condições gerais pelo segurado.

1.14.4 São de responsabilidade da Contratada, seu broker, corretor, representante ou outro preposto por ela indicado, a avaliação, dentro do prazo acima, de orçamentos e projetos de reparo, bem como solicitação e análise de documentos de identificação e cadastro das oficinas reparadoras e seus dados bancários.

1.14.5 O processo de análise inicial da viabilidade do reparo, verificação se se trata de caso de perda total, aquisição, avaliação e negociação de orçamentos, bem como depreciação de peças, componentes e acessórios para fins de cálculo de pro-rata deverá ocorrer dentro do prazo citado acima.

1.14.6 O atraso imotivado no início de reparos ou o não pagamento do capital segurado no prazo previsto acima, implicará em instauração de processo administrativo punitivo, nos termos da legislação específica.

1.15 Do retorno de prêmio por paralisação da aeronave e da cobertura casco limitada à permanência no solo

1.15.1 A permanência da aeronave no solo para revisão, reconversão, reparos ou por ordem de qualquer autoridade que ultrapasse 30 (trinta) dias consecutivos dará direito à Contratante a uma devolução proporcional do prêmio, desde que essa permanência não seja consequente de sinistro indenizado ou que origine qualquer indenização;

1.15.2 A Contratante deverá comunicar à Contratada, na ocasião da assinatura do contrato, se a aeronave iniciará a vigência da apólice na condição GRO (ground risks only).

1.15.3 A Contratante deverá comunicar previamente à Contratada a alteração da condição da aeronave para FFR (full flight risks) com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, considerando-se, contudo, a data do primeiro voo de experiência para o retorno da cobertura completa;

1.15.4 A Contratada manterá cobertura parcial apenas para os riscos envolvidos na permanência da aeronave em solo (SEGURO GRO - ground risks only), limitada aos danos sofridos pela aeronave segurada, quando:

- a) estacionada em local permitido, devidamente hangarada ou esteiada;
- b) em serviço de manutenção, inclusive em testes de motores em terra; e



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 23 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

c) em remoção de um lugar para outro no mesmo aeroporto, sem que estejam sendo utilizados seus próprios meios de propulsão e sendo rebocada por veículo adequado para esse fim.

1.15.5 No período da manutenção da cobertura para riscos no solo (GRO) será devido o prêmio com desconto de 60% relativo ao seu valor total.

1.15.6 Será calculado o valor “*pro-rata-temporis*” da diferença entre a taxa da cobertura total (full flight risks) e a de permanência no solo (sem cobertura ou com cobertura ground risks only) devendo o montante resultante ser devolvido à Contratante.

1.15.7 A devolução de que trata o item anterior poderá ser quitada com desconto no pagamento de prêmio vincendo no presente contrato ou outras das formas previstas no item “Do ressarcimento de valores pagos pela Contratante”, podendo ser utilizado na renovação do seguro em caso de prorrogação da vigência contratual.

1.15.8 Em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, poderá ser permitida a ativação e desativação da condição GRO em qualquer momento da vigência da apólice, conforme prazos e condições estabelecidas entre as partes.

1.16 Da perda total

1.16.1 Considera-se perda total o sinistro cujos prejuízos e despesas indenizáveis importem, no mínimo, em 75% (setenta e cinco por cento) do “valor unitário da aeronave” disposto na tabela constante no item 1.2.1.

1.16.2 Em qualquer hipótese, a obrigação da Contratada no caso de perda total é limitada ao valor da importância declarada para a aeronave na tabela retromencionada.

1.16.3 As aeronaves foram avaliadas de acordo com seu estado geral, potencial disponível de componentes, motores, caixas de transmissão, hélices e rotores e os acessórios instalados, mas de maneira geral os valores refletem o custo médio de venda de aeronave similar de acordo com o índice internacional conhecido como “*Aircraft Blue Book*”, no custo “*Average Retail Price*”, adicionados a este os custos médios com importação e nacionalização de uma aeronave de mesma categoria.

1.16.4 Em caso de perda total, somente será deduzida a franquia estipulada neste Termo de Referência se expressamente disposto no item “*Da Franquia*” deste documento.

1.17 Fatores mitigadoras e dados atuariais

1.17.1 Da operação típica das aeronaves em ações policiais, de defesa civil e de resgate ou socorro e instrução/avaliação

1.17.1.1 Devido à natureza da aviação policial e do emprego das aeronaves operadas pelo GOA/PCPR, poderão ser realizados pousos e decolagens em pistas homologadas, pistas não homologadas, aeródromos com operação cancelada e locais não preparados, operação em horário diverso daquele publicado para o aeródromo, devendo a Contratada ter ciência expressa desta informação para evitar possíveis questionamentos.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 24 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.17.1.2 Para operação em locais não homologados, serão observados os limites operacionais dos equipamentos, previstos nos manuais dos fabricantes e nos envelopes das aeronaves.

1.17.1.3 Também poderá ocorrer voo solo, desacompanhado, em que o instruendo, mediante autorização do instrutor, e sem a presença do mesmo a bordo, execute circuitos de tráfego de aeródromo ou qualquer outra missão autorizada pelo preposto da Contratante.

1.17.1.4 Os voos de manutenção aeronáutica deverão possuir cobertura do seguro, mesmo em caso da aeronave estar em condição de permanência no solo.

1.17.2 Experiência dos pilotos:

TABELA IV Experiência dos pilotos do GOA			
Nome	CPF	CANAC	Horas totais em asa rotativa
Renato Coelho de Jesus	251.862.918-11	148437	2913h
Marcelo Hideo Dorigon Notomi	037.758.589-03	115711	1555h
Mauricio Anderson Pinatti	016.248.919-69	165756	817h
Cesar Augusto Gaspari	876.930.039-91	238782	283h
Eduardo Ferreira de Miranda	583.148.579-04	119576	1888h
Rafael Henrique Kerkhoff de Souza	031.231.319-55	286114	600h
Júlio Cesar Marinho	023.049.929-51	300647	737h
Luiz Fernando Teodoroski Biagini	035.015.559-38	274007	54h
Thiago Fernando Minella Ribeiro	042.355.949-40	388258	55h

1.17.2.1 A tabela acima não é exaustiva e pilotos não listados poderão operar as aeronaves, desde que devidamente autorizados pela Contratante. As horas declaradas são aproximadas.

1.17.2.2 O piloto em comando poderá ter experiência reduzida em relação à experiência mínima, desde que esteja presente na aeronave, em função de instrutor com duplo comando completo e operante, um instrutor de voo que detenha a experiência exigida.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 25 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.17.2.3 A experiência em horas totais se refere a comando, duplo comando e instrução, somando-se voos em aeronave classe ou tipo.

1.17.2.4 Pilotos com experiência inferior aos mínimos exigidos estarão operando como pilotos em duplo comando ou piloto em instrução, inclusive fazendo planos de voo em seu nome como piloto em comando e operando no assento principal da aeronave (desde que esteja acompanhado de um instrutor de voo da Unidade Aérea Pública a bordo).

1.17.2.5 Poderá ocorrer voo solo coordenado por instrutor para alunos em formação ou treinamento em que ocorra operação da aeronave por piloto com experiência reduzida em relação aos mínimos exigidos.

1.18 Expectativa anual de horas voadas

1.18.1 A expectativa de horas voadas por ano para a aeronave a ser segurada e a expectativa aproximada percentual dos principais tipos de operação do GOA/PCPR é:

TABELA V						
Previsão de horas/categorias de missões						
Aeronave	Tipo	Horas de voo anuais	Missões policiais	Traslados	Instruções	Outros
Águia 05	Bell 407	400	67%	21%	10%	2%

1.19 Sistema interno de segurança de voo

1.19.1 O GOA/PCPR possui um Manual de Gestão da Segurança Operacional, conforme previsão contida na Resolução ANAC nº 106/2009. O gestor de segurança operacional possui formação em SGSO pela ANAC.

1.19.2 Conforme exigência da ANAC, a unidade realiza treinamentos de CRM periodicamente buscando capacitar pilotos, operadores aerotáticos, técnicos em apoio de solo, além de gestores e corpo administrativo.

1.20 Sinistralidade anterior

1.20.1 A unidade não possui quaisquer casos de acidentes, incidentes ou eventos de segurança de voo desde sua criação, no ano de 2016.

1.21 Das cláusulas financeiras específicas

1.21.1 Da moeda a ser utilizada no contrato

1.21.1.1 A moeda do contrato será o real, referenciada na cotação do dólar norte americano, quando aplicável. A cotação a ser utilizada para todos os fins da apólice (incluindo prêmio, bem como as

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 26 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

importâncias seguradas, indenizações e franquias) será a cotação PTAX de venda do dólar americano do dia anterior ao pagamento do prêmio, importâncias seguradas, indenizações, franquias e qualquer outro tipo de pagamento decorrente da apólice.

1.21.1.2 A apólice RETA terá seus valores expressos em reais; para todas as suas finalidades, tais como prêmio, importâncias seguradas, indenizações, dentre outras, a referência será a moeda nacional.

1.21.1.3 A apólice CASCO mais LUC terá seus valores expressos em dólar americano, e para todas as suas finalidades, tais como prêmio, importâncias seguradas, indenizações, dentre outras, a referência será a moeda norte americana.

1.21.1.4 A quitação do prêmio da apólice CASCO mais LUC será realizada com a taxa PTAX de venda do dólar americano do dia anterior ao faturamento (o câmbio utilizado deverá constar no documento de faturamento).

1.21.1.5 Os ajustes devidos às variações cambiais entre a data do faturamento e data do efetivo pagamento das parcelas do prêmio da apólice CASCO mais LUC serão calculadas no final da vigência da apólice, pelo valor do dólar americano do dia anterior ao pagamento em que a referida parcela foi efetivamente quitada.

1.21.1.6 Os valores de prêmio, coberturas indenizáveis, franquias, importâncias seguradas, indenizações, serão expressos em dólares americanos na apólice CASCO mais LUC.

1.21.1.7 Para fins de compatibilização das propostas comerciais com sistema GMS, os valores em dólares americanos no momento da apresentação das propostas serão convertidos para reais com a cotação PTAX de venda do dólar americano de 2 (dois) dias úteis anteriores à data da sessão de pregão.

1.21.1.8 Os pagamentos serão em moeda corrente nacional (real), dado que as solicitações de recursos para efetuar o pagamento e previsões orçamentárias da LOA são expressos nesta condição.

1.22 Do ressarcimento de valores pagos pela Contratante

1.22.1 Caso haja por qualquer motivo necessidade de ressarcimento à Contratante de valores por ela já despendidos, o mesmo poderá ser feito sob uma das formas abaixo, a critério da Contratante:

1.22.1.1 desconto do prêmio de ano vindouro em caso de renovação;

1.22.1.2 abatimento na liquidação de sinistros ou franquias;

1.22.1.3 pagamento ao Tesouro, na forma da Lei.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

As aeronaves operadas pela Polícia Civil do Paraná, consideradas como equipamentos de alta versatilidade no contexto da segurança pública, são empregadas no apoio aéreo às operações e ocorrências policiais e demais atividades desenvolvidas pelo Grupamento de Operações Aéreas em todo o Estado do Paraná. Tal atuação é prevista no Decreto Estadual nº 4.385/2016.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 27 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

Atualmente as aeronaves de asa rotativa reforçam as operações desenvolvidas pelo Departamento da Polícia Civil no âmbito da Secretaria de Segurança Pública em todo o Estado do Paraná, bem como nas operações conjuntas com outros órgãos, como a exemplo da Operação Hórus, do Ministério da Justiça.

O Grupamento de Operações Aéreas dispõe de três aeronaves de asa rotativa, que são empregadas necessariamente na atividade policial, consistente, em suma, em voos de apoio a operações e ocorrências policiais, de policiamento especializado e de repressão.

O GOA recebeu, fruto de perdimento judicial, uma aeronave de asa rotativa modelo *Bell 407*, a qual se encontra em processo de restabelecimento de aeronavegabilidade, viabilizado através do contrato administrativo nº 790/2022. A previsão é que entre em operação no mês de maio do corrente ano.

A disponibilização da aeronave para operação pelo governo do Estado do Paraná se deu através da decisão judicial exarada nos autos nº 0821511-10.2019.4.05.8300, de Medida Cautelar Inominada Criminal, que tramita perante a 4ª Vara Federal de Pernambuco.

Naquela decisão, a Magistrada atribuiu ao ente federativo beneficiário do perdimento provisório não só a responsabilidade de preservar/conservar a aeronave, mas também a “(...) *obrigação de contratação de seguro próprio para as aeronaves em questão, inclusive com cobertura de casco* (...)”.

O Seguro Aeronáutico de Casco é a garantia de proteção da aeronave em si; abarca os principais riscos, cobertos e indenizáveis até o limite máximo do valor monetário da própria aeronave. Garante o ressarcimento de acidentes, quaisquer que sejam as causas, exceto nos casos excluídos pelas condições gerais de cada seguradora. Garante, ainda, o ressarcimento oriundo de atos danosos praticados por terceiros, os danos materiais causados à aeronave em decorrência de riscos previstos, além das despesas com socorro e de salvamento da aeronave sinistrada, quando necessárias e devidamente comprovadas.

A cobertura LUC, por sua vez, é um complemento ao seguro RETA - Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo - que é obrigatório para qualquer tipo de aeronave, independentemente de sua função ou finalidade. Tal proteção garante o reembolso das indenizações que o segurado vier a pagar, judicialmente ou por acordo previamente autorizado pela seguradora, por danos corporais e/ou materiais a transportados e/ou não transportados. É uma cobertura contratada em excesso ao seguro aeronáutico RETA, tendo em vista os baixos limites praticados pelo seguro obrigatório.

Tanto a cobertura de casco quanto a cobertura LUC têm sua abrangência delimitada pela Seção IV da Resolução CNSP nº 407, de 29 de março de 2021.

Por outro lado, devem ser consideradas as peculiaridades das atividades do GOA, que são imbuídas tanto dos riscos da atuação policial quanto os da aviação. A aviação voltada à segurança pública, por sua própria natureza, traz consigo riscos específicos, como, por exemplo, a necessidade de pousos e decolagens em áreas confinadas, perseguições e confrontos armados e sobrevoos de locais inóspitos.

De forma a mitigar os riscos mencionados, objetivando evitar gasto públicos vultosos em caso de sinistros ou danos a terceiros, e ainda considerando que foi imputado ao governo do Estado do Paraná o mister legal



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 28 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

de prover seguro aeronáutico à aeronave Bell 407, é inquestionável, portanto, a necessidade da contratação de sociedade seguradora habilitada a fornecer tal serviço.

Entende-se por adequada para a licitação a modalidade de pregão eletrônico sem registro de preços, em virtude da singularidade dos serviços de seguro aeronáutico, que são especialíssimos, uma vez que sua precificação é formada levando-se em consideração fatores como a condição da aeronave, os riscos das operações, a experiência dos pilotos, entre outros.

Para a mensuração do quantitativo a ser contratado, foi levada em consideração a quantidade de aeronaves pertencentes ao GOA/PCPR que requerem cobertura de seguro aeronáutico.

Conforme já mencionado, além do helicóptero Bell 407, que passará a integrar a frota do GOA, o Grupamento conta com outras quatro aeronaves.

Diferente do que ocorre com a aeronave mencionada, inexistente previsão legal ou necessidade premente de contratação de seguros não obrigatórios para as demais aeronaves.

Eis o porquê da pretensão de que os serviços de cobertura sejam contratados exclusivamente para a aeronave Bell 407.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no respectivo Estudo Técnico Preliminar, abrange a contratação de sociedade seguradora, a fim de obter seguro aeronáutico RETA, CASCO e LUC para a aeronave monoturbina modelo Bell 407, matrícula PT-YUQ, ano de fabricação 1996, número de série 53084, operada pelo Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná (GOA/PCPR).

3.2 Quantitativo e descrição dos itens são os discriminados na Tabela I e no item “especificações técnicas”.

3.3 A presente contratação adotará o regime de execução indireta.

3.4 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação, com base no artigo 106 da Lei 14.133 de 2021.

4. PESQUISA DE PREÇOS

Preliminarmente, quanto aos parâmetros de pesquisa de preços enumerados no art. 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, cumpre esclarecer que:

- não foram obtidos resultados pertinentes na análise da “*composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)*” (art. 368, inciso I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022)”, devido à especificidade do objeto que ora se busca contratar (captura de tela em anexo);

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE LICITAÇÕES



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 29 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

- através de pesquisa dos “preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente” (art. 368, inciso II, do Decreto Estadual nº 10.086/2022), foram encontrados dois resultados de contratação de seguro aeronáutico, a saber:

1 - Identificação da compra: 00025/2023 - Centro Nacional de Operações Aéreas da Receita Federal do Brasil X Mapfre Seguros Gerais S.A.

2 - Identificação da compra: 00117/2023 - Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região X Mapfre Seguros Gerais S.A.

Nenhum dos preços encontrados se aplica como parâmetro para a presente contratação, eis que o objeto da primeira compra trata somente do seguro RETA para aeronave remotamente pilotada, enquanto a segunda compra, apesar de ter como bens segurados aeronaves de asa rotativa, também tratam somente da contratação de seguro RETA (capturas de tela em anexo).

- não foram obtidos resultados pertinentes na análise dos “dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso” (art. 368, inciso III, do Decreto Estadual nº 10.086/2022) eis que inexistem tabelas de referência de preços de seguro aeronáutico, pois sua cotação depende das particularidades das aeronaves que se pretende assegurar. Em relação a sítios especializados, estes não contêm a precificação do objeto específico que se busca contratar;

- não foram obtidos resultados pertinentes na análise da “pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná” (art. 368, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022) (captura de tela em anexo);

- não foram obtidos resultados pertinentes na análise de “preços de tabelas oficiais” (art. 368, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022) uma vez que a cotação de seguro aeronáutico depende de uma miríade de fatores, e, inobstante este fato, não há notícia sobre a existência de “tabelas oficiais” de precificação de seguros aeronáuticos.

Visando à formação dos preços máximos e atender ao disposto no art. 296 do Decreto nº 10.086/22, restou à unidade lançar mão do parâmetro constante no inciso IV do art. 368 daquele dispositivo legal, ou seja, a pesquisa direta com fornecedores ou prestadores de serviços.

Tal fato se deve às particularidades que norteiam a precificação do seguro aeronáutico, a exemplo da data de fabricação da aeronave, o número de horas voadas, a aplicação da aeronave, seu estado de conservação, os equipamentos instalados, entre outros fatores relevantes. A singularidade dos serviços dessa natureza, consideradas as nuances que lhes são características, obsta a busca por outras fontes indicadoras de preços de mercado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 30 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

A pesquisa de preços, desta forma, restou bastante limitada, o que faz com que a “cesta de preços” fique adstrita à quantidade de orçamentos apresentados.

Foram contatadas as seguintes empresas:

Empresa	CNPJ	e-mail
American Life Companhia de Seguros	67.865.360/0001-27	atendimento@alseg.com.br
Companhia Excelsior de Seguros	33.054.826/0001-92	eliane.jacques@excelsiorseguros.com.br
Fênix Corretora de Seguros	35.857.451/0001-24	jhonatha@corretorafenix.com.br
DKR Corretora de Seguros Ltda.	09.663.470/0001-00	diretoria@guaraseg.com.br
Vokan Consultoria e Corretagem Ltda.	35.044.344/0002-68	danielly.destro@vokan.com.br
Mapfre Seguros S/A	61.074.175/0001-38	np@aeroconsultseguros.com

Em que pese as inúmeras solicitações, apenas uma empresa enviou o orçamento, enquanto outras sociedades seguradoras e corretoras de seguro responderam negativamente ao pedido. A avaliação da aeronave e os valores dos prêmios foram dispostos da seguinte forma:

Seguro CASCO/LUC						
Prefixo	Modelo	Número de Série	Ano	Limite Segurado Casco	Limite Segurado LUC	Prêmio Total
PT-YUQ	Bell 407	53084	1996	US\$ 2,742,683.89	US\$ 5,000,000.00	R\$ 915.507,26

Seguro RETA					
Prefixo	Modelo	Número de Série	Ano	Limite Segurado RETA	Prêmio Total
PT-YUQ	Bell 407	53084	1996	R\$ 1.432.120,71	R\$ 2.551,02



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 31 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

O contratos de seguro RETA, CASCO e LUC da aeronave Bell 407, matrícula PT-YUQ, terão, portanto, o valor máximo total estimado em **R\$ 918.058,28** (novecentos e dezoito mil, cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos), conforme a tabela de composição de preços colacionada abaixo:

TABELA VI	
Tabela de composição de preços	
ITEM 1	VALOR MÁXIMO
Seguro RETA Bell 407	R\$ 2.551,02
ITEM 2	VALOR MÁXIMO
Seguro CASCO e LUC Bell 407	R\$ 915.507,26
VALOR MÁXIMO TOTAL DO CERTAME (seguros RETA, CASCO e LUC)	R\$ 918.058,28

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto é composto por lote único, não sendo possível sua divisão, haja vista se tratar de uma prestação de serviço única, que envolve a entrega do objeto por completo.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1 Conforme o art. 363 do Decreto Estadual 10.086/22, a Empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

- 6.1.1 usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 6.1.2 adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- 6.1.3 observar a Resolução CONAMA nº 20 , de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- 6.1.4 fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 32 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

- 6.1.5 realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 6.1.6 realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;
- 6.1.7 respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;
- 6.1.8 prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075 , de 1º de abril de 2009.

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

- 7.1. De acordo com o artigo 44, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, é assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.2 Ocorre que, no presente caso, em virtude do disposto no art. 24 do Decreto-Lei nº 73/66, poderão *“operar em seguros privados apenas Sociedades Anônimas ou Cooperativas, devidamente autorizadas”*, o que, por si só, desautoriza o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.3 É justificável também o afastamento do tratamento diferenciado quando *“o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado”*, configurando a não vantajosidade quando *“a natureza do bem, serviço ou obra, ou as práticas e regras usuais de mercado forem incompatíveis com a aplicação dos benefícios”* (art. 379, §§2º, II e 6º, III, do Decreto Estadual nº 10.086/2022), o que ocorre no caso da presente licitação.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

- 8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto Estadual nº 10.086/2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução é indireta e vedada.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 33 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.1 serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.2 A duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses;

9.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

10.1 São Obrigações da Contratada:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, Lei Federal nº 8.078, de 1990, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida contrato e seus anexos, ou dos pagamentos devidos ao contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 34 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e outras previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender às solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando houver:

10.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6

Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 35 de 64

10.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

10.1.18 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.2 São Obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital e seus anexos, bem como na proposta

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência e no edital;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1 reputam-se baixos os riscos afetos à contratação de seguro aeronáutico;

11.1.2 por outro lado, as entidades atuantes no ramo de seguros sujeitam-se a rígido controle e fiscalização da agência reguladora do setor. Sendo a empresa registrada e licenciada pela SUSEP, pode ser considerada ficta sua capacidade de cumprimento contratual.

12. FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

12.3 O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 37 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

EM = $I \times N \times VP$, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

12.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

12.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13. DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

13.1.1 Fica fixada a data de 16/04/2024 (data de conclusão do mapa de preços) como data do orçamento estimado.

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante requerimento da Contratada e aplicação, pela Contratante, do índice IPCA (mais vantajoso para a Administração Pública), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, sob pena de preclusão parcial.

13.2.1 a assinatura, pelo contratado, do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 38 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

14.1.1 quanto à qualificação econômico-financeira, os licitantes, cadastrados ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Corrente (LC).

14.1.1.1 os índices de qualificação econômico-financeira foram estabelecidos em valores razoáveis para avaliar a capacidade dos licitantes. Tal imposição objetiva resguardar o interesse da Administração Pública na aquisição dos bens ou contratação de serviços, e ainda a verificação da capacidade financeira da empresa para cumprir sua obrigação contratual.

14.1.2 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

14.2 Complementarmente, os licitantes deverão apresentar:

14.2.1 no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove já ter prestado serviços da mesma natureza, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, assinado, datado e que deverá conter, ainda, o cargo e assinatura do responsável pela afirmação;

14.2.1.1 o atestado de capacidade técnica deverá comprovar que a licitante já tenha prestado serviços no valor equivalente a 4% (quatro por cento) do valor do objeto ora licitado (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/21).

14.2.1.2 o percentual fixado no item 14.2.1.1 foi estabelecido levando-se em conta que tal índice é suficiente para evidenciar que o licitante já prestou o serviço objeto da licitação e, portanto, possui condições de executar o objeto que aqui se busca licitar.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16. CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 Os serviços terão início em 24 (vinte e quatro) horas, a contar da assinatura do contrato.

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias.

16.2.2 Cabe ao fiscal do contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 40 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1 a medição da qualidade dos serviços prestados pela Contratada será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor de glosa no período avaliado;

17.2.2 as situações abrangidas pelo IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a Contratada das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;

17.2.3 a contratante poderá alterar os procedimentos da metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a contratada;

17.2.4 o fiscal do contrato, designado pela contratante, acompanhará a execução dos serviços prestados; verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, será notificada a contratada para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos;

17.2.5 a notificação quanto à existência de irregularidade na execução do contrato poderá ser verbal ou formal, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato;

17.2.6 constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o fiscal do contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação e dia e hora do ocorrido;

17.2.7 o termo de notificação será imediatamente apresentado à contratada, a qual deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do fiscal do contrato;

17.2.8 havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá a contratada registrar suas razões de defesa em documento próprio e entregá-lo ao fiscal do contrato;

17.2.9 a não apresentação de defesa por parte da contratada, no período de cinco dias corridos, significará que a mesma concorda com a notificação verbal ou escrita recebida;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 41 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

17.2.10 o sistema de pontuação destina-se a definir os graus de inconsistência na prestação dos serviços e a estabelecer um valor numérico (pontos) para cada tipo de ocorrência;

17.2.11 as ocorrências são dispostas em três níveis de gradação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO
Prazos de atendimento de sinistros (TR - itens 1.14 e 1.15)	
Ocorrências tipo 01 - situações brandas que não caracterizam interrupção na prestação dos serviços, mas que comprometem sua realização de maneira satisfatória: - apresentar, em prazo superior a 5 dias úteis e inferior a 7 dias úteis, a lista de documentos e informações para avaliação de sinistro; - autorizar reparos em caso de sinistro parcial ou liquidação em caso de perda total em prazo superior a 45 dias corridos e inferior a 50 dias corridos; - permanecer a aeronave em solo para revisão, reconversão ou reparos por período superior a 30 dias consecutivos e inferior a 35 dias consecutivos.	01 ponto
Ocorrências tipo 02 - situações que caracterizam interrupção na prestação do serviço: - apresentar, em prazo superior a 5 dias úteis e inferior a 10 dias úteis, a lista de documentos e informações para avaliação de sinistro; - autorizar reparos em caso de sinistro parcial ou liquidação em caso de perda total em prazo superior a 45 dias corridos e inferior a 55 dias corridos; - permanecer a aeronave em solo para revisão, reconversão ou reparos por período superior a 30 dias consecutivos e inferior a 40 dias consecutivos.	05 pontos
Ocorrências tipo 03 - situações que caracterizam interrupção dos serviços e comprometem a rotina ou o patrimônio da instituição: - apresentar, em prazo superior a 5 dias úteis e inferior a 20 dias úteis, a lista de documentos e informações para avaliação de sinistro; - autorizar reparos em caso de sinistro parcial ou liquidação em caso de perda total em prazo superior a 45 dias corridos e inferior a 60 dias corridos; - permanecer a aeronave em solo para revisão, reconversão ou reparos por período superior a 30 dias consecutivos e inferior a 50 dias consecutivos.	10 pontos



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 42 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

PONTUAÇÃO	AJUSTE NO PAGAMENTO
de 00 a 02 pontos	Desconto de 0% sobre o valor total da franquia
de 03 a 04 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da franquia
de 05 a 09 pontos	Desconto de 4% sobre o valor total da franquia
de 10 a 19 pontos	Desconto de 6% sobre o valor total da franquia
de 20 a 29 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da franquia
de 30 a 39 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da franquia
de 40 a 49 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da franquia
acima de 69 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da franquia

17.2.12 para sinistros onde haja incidência de franquia, o valor desta será ajustado conforme a apuração do IMR.

17.2.13 para sinistros onde não haja a incidência de franquia, o montante será calculado com base no valor do prêmio, devendo a Contratada ressarcir a Administração daqueles valores.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18.1.1 o mercado de seguros, especialmente o aeronáutico, é restrito àquelas empresas credenciadas pela SUSEP. Em razão do reduzido número de fornecedores aptos a atender a demanda, revela-se inapropriada a admissão de subcontratação do objeto licitatório.

19. VISTORIA

19.1 Os licitantes poderão vistoriar o local de hangaragem, bem como a própria aeronave até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná, pelo telefone (41) 3356-9780.

19.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 43 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI do Edital).

19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

19.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná e 3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná

Fonte de Recursos: 500.000.000, 501.000.147, 703.000.148, 759.000.113— Ordinário não vinculado

Programa de Trabalho: 8497 - Ações da Polícia Judiciária e 8602 - Ações da Polícia Judiciária – Funesp

Elemento de Despesa: 039

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 03 de setembro de 2024.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 44 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

Mauricio Anderson Pinatti

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no prego, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Ativo Total
SG = -----;
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante
LC = -----; e
Passivo Circulante

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 0,5 no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 0,5 no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10 (dez)% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de 1 (um) ou mais atestados em quantidade de no mínimo 4% por cento, em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI);

1.7 Demais declarações:

- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (Anexo V);
- NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES (Anexo V);
- DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS (Anexo V);
- DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V);
- DECLARAÇÃO LGPD (Anexo X).

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 47 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 48 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 697/2024 - UASG: 453079

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço:	
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :
Endereço :	
Bairro:	
CEP:	Cidade: Estado:
Telefone:	Fax: e-mail:
Banco:	Agência: Conta-corrente:

Constitui objeto desta licitação: Contratação de Sociedade Seguradora, para o fim de fornecer seguro aeronáutico RETA, Casco/Guerra e LUC (limite único combinado)/ responsabilidade civil complementar para aeronave operada pelo Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná - GOA..

Lote único	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor unitário máximo (prêmio)	Valor total (prêmio)
Item 1	Prestação de serviço de seguro aeronáutico Casco/Guerra e LUC para aeronave monoturbina pelo período de 12 meses	01		
Item 2	Prestação de serviço de seguro aeronáutico RETA para aeronave monoturbina pelo período de 12 meses	01		
Total				R\$

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 49 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 697/2024 - UASG: 453079, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 50 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 51 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO

02 – TERMO DE VISTORIA

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 697/2024 - UASG: 453079

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações **Da sede administrativa e local de operação e hangaragem da aeronave - Hangar do Grupamento de Operações Aéreas - GOA - Rua Cícero Jaime Bley, s/n, hangar 28, Aeroporto do Bacacheri, Curitiba/PR**, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 52 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO

03 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 697/2024 - UASG: 453079

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 53 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO VII
LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Secretaria da Segurança Pública / DPC
Local de prestação dos serviços: Sede administrativa e local de operação e hangaragem da aeronave - Hangar do Grupamento de Operações Aéreas - GOA
Endereço: Rua Cícero Jaime Bley, s/n, hangar 28, Aeroporto do Bacacheri, Curitiba/PR
Responsável pelo Recebimento: Agente de Polícia Judiciária Luiz Fernando Teodoroski Biagini, RG 8.242.343-5/PR, CPF 035.015.559-38
Telefone: 41 3356-9780
Horário de Funcionamento: 09:00h às 18:00h

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 54 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80.420-170, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário de Segurança Pública, Cel PM RR Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto nº 12/2023 de 01/01/2023, inscrito no CPF sob o n.º 840.630.419-72, portador da carteira de identidade n.º 5.546.799-4.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º PE-697/2024, (protocolo n.º 22.024.849-6 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

Contratação de Sociedade Seguradora, para o fim de fornecer seguro aeronáutico RETA, Casco/Guerra e LUC (limite único combinado)/ responsabilidade civil complementar para aeronave operada pelo Grupamento de Operações Aéreas da Polícia Civil do Paraná - GOA., conforme descrito no Termo de Referência.

Lote único	Descrição do Objeto	Quantidade	Valor unitário máximo (prêmio)	Valor total (prêmio)
Item 1	Prestação de serviço de seguro aeronáutico Casco/Guerra e LUC para aeronave monoturbina pelo período de 12 meses	01		
Item 2	Prestação de serviço de seguro aeronáutico RETA para aeronave monoturbina pelo período de 12 meses	01		
Total				R\$

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº 697/2024 - UASG: 453079, objeto do processo administrativo n.º 22.024.849-6, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização no Movimento nº. XXXX deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 55 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (unitários/global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4. REAJUSTE

4.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal nº 10.192/2001, utilizando-se do IPCA.

4.1.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

4.1.1.1 Fica fixada a data base de 16/04/2024 (data do fechamento do mapa de preços) como data do orçamento estimado.

4.1.2 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

5. DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por preço global**.

6.2 O serviço terá início em 24 (vinte e quatro) horas a contar da assinatura do contrato entre as partes.

6.3 Os serviços serão prestados no(s) local(is): Sede administrativa e local de operação e hangaragem da aeronave - Hangar do Grupamento de Operações Aéreas - GOA, Rua Cícero Jaime Bley, s/n, hangar 28, Aeroporto do Bacacheri, Curitiba/PR, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 5 dias.

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6

Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)

Edital - página 56 de 64

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: Secretaria de Estado da Segurança Pública/Polícia Civil do Estado do Paraná / Secretaria de Estado da Segurança Pública/Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná;

Fonte de Recursos: 500.000.000 / 501.000.147 / 703.000.148 / 759.000.113;

Programa de Trabalho: Paraná Protegido/Ações da Polícia Judiciária / Paraná Protegido/Ações da Polícia Judiciária FUNESP;

Elemento de Despesa: 3390.39;.

Nota de Empenho: (preencher com o número da nota de empenho).

8 VIGÊNCIA:

8.1 O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 57 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

$I = (TX)$ $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

- 10.1** São obrigações do Contratado:
- 10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
- 10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
- 10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
- 10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
- 10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



- 10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 10.1.17.6** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 10.1.18** A Sociedade Seguradora contratada deverá atender às disposições constantes na Resolução nº 422/21, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 10.2** São obrigações do Contratante:
- 10.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 10.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
- 10.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- 10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões consignadas no Termo de Referência.

12 PENALIDADES:

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2 Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1 O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3 A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4 O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5 A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7 O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8 O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

13.2.11 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.2.12 Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2.13 A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

13.2.14 Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

13.2.15 A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

13.2.16 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

13.2.17 O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.2.18 A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

13.2.19 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

13.2.20 O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

13.2.21 A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

13.2.22 O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido - Lei Federal n.º 14.133, de 2021 - Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 61 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

- 16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
- 16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- 16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
- 16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
- 16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
- 16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
- 16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
- 16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
- 16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
- 16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
- 16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
- 16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
- 16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.
- 16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
- 16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná
Minuta Padronizada para prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
Atualização: junho de 2023.



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 62 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 63 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



Protocolo nº 22.024.849-6	Pregão nº PE-697/2024 (UASG: 453079)	Edital - página 64 de 64
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal

Documento: **02Edital_PE906972024.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Cb. Qpm 2-0 Elton Santos Guimaraes (XXX.002.714-XX)** em 26/09/2024 15:19 Local: SESP/SL.

Inserido ao protocolo **22.024.849-6** por: **Cb. Qpm 2-0 Elton Santos Guimaraes** em: 26/09/2024 15:19.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
3114843b803b180e9392bdbbc1144b71.